

POLÍTICAS CURRICULARES NEOCONSERVADORAS E FABRICAÇÃO DO PÂNICO MORAL: A IMPOSSIBILIDADE DA DIFERENÇA POSSÍVEL

*NEOCONSERVATIVE CURRICULAR POLICIES AND THE MANUFACTURE OF MORAL PANIC:
THE IMPOSSIBILITY OF POSSIBLE DIFFERENCE*

 <https://orcid.org/0000-0002-0672-7273> Dulce Mari da Silva Voss^A
 <https://orcid.org/0000-0003-2686-4520> Eliada Mayara Alves Krakhecke^B

^A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Bagé, RS, Brasil

^B Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, RS, Brasil

Recebido em: 24 jan 2024 | **Aceito em:** 08 jul 2024

Correspondência: Dulce Mari da Silva Voss (dulcevoss@unipampa.edu.br)

Resumo

O campo das políticas educacionais tem deflagrado disputas entre demandas de setores neoconservadores aliados aos neoliberais e de outros segmentos sociais que se contrapõem aos interesses majoritários. O objetivo desse ensaio é intensificar o debate acerca das políticas curriculares produzidas nesse cenário, problematizando o pânico moral como fabricação de certa normalidade calcada em valores tradicionais da pátria, família e religião cristã. A discussão feita segue uma perspectiva teórico-epistemológica e ontológica plural, com vistas não só a descrição da problemática em foco, mas, sobretudo, voltada a analisar a construção e desconstrução da genealogia que constitui o pânico moral enquanto regime de verdade. Trata-se de um plano político revestido do poder-saber que estabelece a alteridade como perigo e coloca em funcionamento tecnologias de governo e dispositivos normativos das condutas docentes, dos currículos e da produção de conhecimentos científicos. Desse modo, o pânico moral serve para justificar e manter a ordem política e social forjada com a aliança de neoconservadores e neoliberais. Trata-se de um “real fabricado” que acaba por fomentar desconfianças, rivalidades e perseguições às manifestações corpóreas ou incorpóreas identificadas como dissonantes e anormais. Porém, esse plano se torna a própria impossibilidade ao levar-se em conta que a diferença que suscita é uma fabricação forjada para exclusão de diferentes. Mesmo com a imposição de dispositivos normativos de vigilância e controle moral, as diferenças acontecem como possibilidades, dentro e fora das escolas, das universidades e até nos currículos.

Palavras-chave: políticas curriculares; neoconservadorismo; neoliberalismo; pânico moral; diferença.

Abstract

The field of educational policies has ignited disputes between demands from neoconservative sectors allied with neoliberals and other social segments that oppose majority interests. The purpose of this essay is to intensify the debate on curriculum policies produced in this scenario, problematizing moral panic as the manufacture of a certain normality based on traditional values of the nation, family, and Christian



religion. The discussion follows a theoretical-epistemological and ontological plural perspective, aiming not only at describing the problem at hand but, above all, at analyzing the construction and deconstruction of the genealogy that constitutes moral panic as a regime of truth. It is a political plan imbued with the power-knowledge that establishes alterity as a danger and sets in motion government technologies and normative devices for teaching conduct, curricula, and the production of scientific knowledge. Thus, moral panic serves to justify and maintain the political and social order forged through the alliance of neoconservatives and neoliberals. It is a "manufactured reality" that ends up fostering distrust, rivalries, and persecutions of corporeal or incorporeal manifestations identified as dissonant and abnormal. However, this plan becomes its own impossibility when considering that the difference it provokes is a fabrication forged for the exclusion of the diverse. Even with the imposition of normative surveillance and moral control devices, differences occur as possibilities, both within and outside schools, universities, and even in curricula.

Keywords: curriculum policies; neoconservatism; neoliberalism; moral panic; difference.

Introdução

Impossível, mesmo quando os fatos e as razões parecem convidar a crer que isso é possível, real e certo. Impossível, porque uma certa experiência, talvez confusa, mas decisiva, te diz por minha voz que ela é incompatível com os fatos que se alegam e com as razões que se dão, e que, por isso, estes fatos devem ter sido mal observados, estes raciocínios devem ser falsos (BERGSON, 1993, p. 120).

Henri Bergson

Neste artigo, interessa-nos intensificar o debate acerca das políticas curriculares neoconservadoras e a fabricação do pânico moral, deflagradas com o avanço do neoconservadorismo aliado ao neoliberalismo no atual contexto brasileiro, frente à atuação de velhos e novos sujeitos políticos que criam demandas para as escolas e as universidades públicas com vistas à moralização do trabalho docente, das práticas pedagógicas e da produção de conhecimentos científicos.

No Brasil, o neoconservadorismo foi instaurado por uma coalizão ampla de forças políticas, incluindo segmentos religiosos, partidos de direita, organizações sociais e indivíduos que defendem, ferrenhamente, a moralidade, a família tradicional e a religião cristã. Toda e qualquer prática política que se desvia dos códigos sociais e políticos moralistas, considerados puros e verdadeiros, deve ser rechaçada, ameaçada e punida. Não é à toa que o descrédito em relação à ciência, o racismo, a intolerância, a defesa do direito ao armamento cresceram enormemente nos últimos anos.

Além disso, o avanço do ideário e das políticas neoconservadoras foram fomentadas pela ocupação das redes sociais, mediante disseminação do ódio e da desconfiança em todas as esferas da vida pública e privada. Uma verdadeira “cruzada à direita” voltada a “purificar” a sociedade através de campanhas reacionárias, a exemplo da “ideologia de gênero” e do discurso de “cura gay”.

O quadro político descrito serve de pano de fundo para os objetivos do nosso estudo. Pretendemos ampliar a discussão acerca da temática apresentada, enfocando a

análise do que tem se definido como pânico moral em virtude da defesa de uma ordem social calcada na normalidade, nos valores morais da família nuclear burguesa e da doutrina cristã, graças a propagação do ideário e das políticas neoconservadoras. Argumentamos que se trata da fabricação do pânico moral apresentado como um “fato” incontestável e justificador dessa “verdade” que se realiza ao “convidar a crer que isso é possível, real e certo”. (BERGSON, 1993, p. 120).

Efetuamos nosso estudo sob uma perspectiva de análise teórico-epistemológica e ontológica pela qual a operacionalização do pensamento e da pesquisa se dá em viés crítico e se apoia em diferentes correntes teóricas, com vistas não só a realizar a leitura que fazemos da problemática em foco, mas no sentido mesmo de construí-la e desconstruir a lógica que a atravessa. Trata-se de um exercício de teorização combinada, através do qual é realizado um esforço de articulação entre teorias ou conceitos oriundos de diferentes vertentes epistemológicas, visando compor um quadro teórico mais consistente para fundamentar a análise (MAINARDES, 2018). Nessa perspectiva, buscamos efetuar a produção de uma epistemologia profunda em que a ação cognoscível não se desvincula das visões de mundo e posições éticas assumidas com uma perspectiva ético-ontoepistemológica (MAINARDES, 2022) do que pensamos e dizemos, aliado ao pensamento de outros/as pesquisadores/as engajados/as na tradução das políticas educacionais.

No intuito de desconstruir essa trama genealógica, apontamos que as razões morais usadas para justificá-la são fruto de fabricação, de invenção. Logo, a possibilidade de êxito das intenções que as movem torna impossível o próprio êxito do seu plano, a eliminação da diferença. Pois, é possível demarcar o normal e o anormal, o certo e o errado, o justo e o injusto conforme certas convicções, mas não é possível eliminar manifestações de diferenças e de atos de diferir. Por isso, afirmamos que a diferença produzida pelo pânico moral resulta transfigurada em identidade fixa, essencializada, de uma ordem determinante de oposição “nós” e “eles”, construída como representação do mesmo. O que não leva em conta a diferença em si mesma (DELEUZE, 2018), conforme abordaremos na última seção dessa escrita.

Propomos a análise da genealogia moral que delinea políticas curriculares demandadas pelos agentes, movimentos e discursos neoconservadores, problematizando

o pânico moral como regime de verdade fabricado que engendra relações de poder-saber nas quais a alteridade é posta como perigo, o que justifica o funcionamento de tecnologias de governo das condutas docentes, de dispositivos normativos reguladores dos currículos e da produção de conhecimentos científicos voltados a retirar de circulação a ameaça anunciada.

A fabricação do pânico moral

O ponto de partida do estudo realizado é a compreensão do neoconservadorismo como política global atrelada ao neoliberalismo e que tem afetado em cheio a vida planetária desde as últimas décadas do século XX. Neoconservadores, a nova classe média profissional e os populistas autoritários em conjunto forçaram reformas educacionais na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Nova Zelândia e na Escandinávia (APPLE, 2015). No contexto latino-americano, a aliança entre neoliberais e neoconservadores segue sob influência dos Estados Unidos. Nesse sentido, Apple (2002, p. 57) afirma que o neoconservadorismo americano decorre da formação de um bloco hegemônico sob liderança dos neoliberais, “[...] o mais poderoso no seio da restauração conservadora”.

O avassalador avanço político do neoconservadorismo não só demarca a tomada do poder estatal pela direita, como também decorre da produção de uma aliança hegemônica constituída por movimentos amplos que promoveram fortes campanhas de moralização da política, da vida social e das instituições em nome de uma falsa retórica democrática, o que conquistou em cheio a adesão de vários segmentos sociais, dos mais pobres aos mais abastados, adeptos de um senso-comum que tornou aceitável o inaceitável (OLIVEIRA, 2020).

Lima *et al.* (2022) indicam que a coalizão de forças neoconservadoras e neoliberais se dá de modo tenso e não homogêneo. Quanto ao contexto brasileiro, dizem que essa aliança é demarcada pela predominância dos interesses de fundamentalistas religiosos e neoliberais, sendo que os fundamentalistas religiosos equivaleriam ao que Apple (2003) chama de populistas autoritários, grupo que assume posições preponderantes em relação à política social e à educação, baseando suas ideias na

“moralidade cristã”, principalmente quando se trata das questões relativas à gênero, à sexualidade e à família.

Tomando como preceito que o campo das políticas educacionais e os currículos se constituem em meio a disputas de interesses, consideramos que a forte intervenção de setores neoconservadores na educação tem induzido a disseminação do pânico moral, aqui entendido como efeito da atualização das movimentações políticas de moralização conservadora, cujas raízes históricas são bem profundas. Segundo Ruiz (2020) o surgimento do conservadorismo clássico ocorreu por volta do ano de 1795, quando Klaus Von Beyme começa a usar a palavra conservador (conservadorismo) para caracterizar o ceticismo em relação a ideia de progresso na economia e o avesso a qualquer mudança na vida social que representasse ameaça à tradição aristocrática francesa.

No período pós-guerra, a referência intelectual norte-americana sobre teorias que tratam do conservadorismo é Irving Kristol. Seu ideário foi veiculado através de duas publicações: em 1945, a revista *Commentary* e, em 1960, a *The Public Interest*. Nesta época, os membros do partido Democrata estadunidense usaram o termo neoconservador pela primeira vez para nomear de modo pejorativo ex-colegas que tinham migrado para o partido Republicano. Sob influência da direita europeia e norte-americana, desde as últimas décadas do século XX, países posicionados nos eixos centrais e periféricos do capitalismo contemporâneo sofreram um redesenho político com a passagem do Estado de Bem-Estar Social ao Estado Neoliberal e a ascensão de governos denominados - pela intelectualidade - de “direita” ou “nova direita”. A partir dos anos de 1980 a eleição de Ronald Reagan à presidência dos EUA demarcou a ascensão da nova direita via partido Republicano naquele contexto e constituiu o solo político favorável à expansão do neoconservadorismo em vários países latino-americanos.

Trata-se da produção de uma nova ordem geopolítica em que a agenda política global neoliberal associada ao neoconservadorismo privilegia os interesses mercadológicos e esses passam a ditar as regras de governo da vida das populações. Uma ordem biopolítica neoliberal, como definiu Foucault (2008), na qual compete aos

Estados nacionais governar nem de mais nem de menos, liberando ao máximo o espaço de governamentalidade do livre mercado.

Com isso, as políticas neoliberais do atual contexto no mundo ocidental se sustentam numa racionalidade econômica pela qual a igualdade de condições é substituída pelo fundamento da concorrência e da desigualdade. Para que a economia cresça, cada sujeito deve assumir os riscos de empreender sua própria existência e responder pelos sucessos e fracassos de seus empreendimentos. Segundo Foucault (2008), o Estado Neoliberal busca governar o menos possível, liberando transações econômicas e políticas favoráveis ao crescimento do mercado. Para tanto, tecnologias biopolíticas de governo das populações entram em ação, como estatísticas, padrões numéricos e índices que agenciam condutas individuais e coletivas numa performance autoempreendedora.

O neoconservadorismo se constitui como política decorrente do conservadorismo arraigado historicamente nos países do Ocidente, porém, apresenta certa especificidade em relação ao passado, à medida que, no presente, ele está associado ao neoliberalismo que o precedeu, mas cuja articulação atualiza o conservadorismo sob novos arranjos políticos e diferentes nuances em cada contexto onde se processam alianças políticas entre neoliberais e neoconservadores.

No atual cenário global, a difusão de valores tradicionais tem sido forjada mediante políticas neoconservadoras encampadas por governos autoritários que se servem do poder de Estado e que contam com a adesão de vários segmentos sociais. Essa coalizão de forças tem preconizado a moral nacionalista, burguesa e cristã, como expressões de uma ordem naturalizada do mundo. O neoconservadorismo causa fortes impactos em todas as dimensões da vida social, mediante a acusação da perda de valores morais, perigo anunciado com a disseminação do pânico moral que aponta os inimigos da pátria, da família e da religião e visa eliminá-los para a purificação social e retomada da ordem (VOSS, 2022).

Temos, assim, retrocessos bárbaros nas relações humanas e sociais. Rolnik (2018) escreve sobre a “cafetinagem colonial capitalística” como ordem perversa que captura o inconsciente vital. Sua perversidade está na operação da subjetividade cativa de uma ameaça imaginária produzida e reiterada constantemente como perigo real, o

que “torna a atmosfera irrespirável” (ROLNIK, 2018, p. 87). É essa atmosfera sufocante que gera o descrédito em relação à ciência, o racismo, a intolerância, o direito ao armamento, entre outras políticas que induzem ao governo da vida e ao direito de matar populações marginalizadas posicionadas como perigosas e ameaçadoras da ordem.

No Brasil, o cenário político é ainda mais obscuro. Desde o período do regime militar (1960 a 1982), sucessivos governos têm promovido políticas de privatização e a mercantilização da vida social, de modo a aliar o país às agendas internacionais de desenvolvimento econômico capitalista, em detrimento das necessidades básicas da população brasileira, cuja situação de desigualdade social, desemprego, fome, miséria, só tem se agravado.

Após as eleições presidenciais de 2014, a união de lideranças religiosas de diferentes correntes permitiu a formação da chamada bancada evangélica que se move entre o Legislativo e o Executivo, mobilizando, desde então, um forte aparato midiático que tem conquistado um número cada vez maior de adeptos e simpatizantes. Nessa direção, o neoconservadorismo, impregnado em todas as dimensões materiais e imateriais da vida, tem logrado cada vez mais espaço e força ao congregar um grande contingente populacional que não só apoia, mas acredita na necessidade da cruzada moralizadora (BORGES; BORGES, 2018).

No âmbito do poder legislativo brasileiro, como assinalado por Silva, Brito e Nunes (2020), a escalada da direita se configura pela convergência de três alas parlamentares que formam a “Bancada BBB”: a armamentista (“da bala”), a ruralista (“do boi”) e a evangélica (“da bíblia”). A atuação da direita se tornou visível na promoção do processo de Impeachment de 2016 que afastou Dilma Rousseff da presidência e levou à posse do vice Michel Temer, somado à prisão de Luís Inácio da Silva, acusado de crime de corrupção. Assim foram produzidas as contingências políticas para a tomada da presidência pelas forças mais reacionárias do país.

Guinada política à direita que atingiu seu auge no Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro (2019 a 2022), em desdobramento do neoconservadorismo já em franca expansão ao redor do mundo. Como afirma Oliveira (2020), a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, convergiu com a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, em 2016; com a aprovação de Brexit, no Reino Unido, e a vitória de Iván Duque na Colômbia,

ambas em 2018; o governo de Lenin Moreno, no Equador; assim como o golpe de Estado na Bolívia, em 2019; e, por fim, a vitória do Frente Amplio no Uruguai.

Como apontam César e Duarte (2017, p. 150), o pânico moral surge, primeiramente, nos Estados Unidos (EUA) e na França, entre final do século XIX e meados do XX, em vista de oferecer proteção à criança frente a ameaça causada aos valores tradicionais da família cristã. O perigo que ameaçaria os valores tradicionais morais resultaria das conquistas alcançadas pelos movimentos sociais feministas, negros e LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexuais) entre outras expressões de gênero e sexualidade que colocam em xeque o padrão normativo constituído pelo par binário homem/mulher, branco e burguês e a família. O que gerou uma contraofensiva de disseminação do pânico moral pelos segmentos neoconservadores ao redor do mundo, em nome de proteger interesses societários e valores tradicionais.

No Brasil, testemunhamos, desde os primeiros anos da década de 2000, um conjunto de ações do Estado visando o reconhecimento dos direitos das mulheres e da população LGBTI enquanto Direitos Humanos fundamentais, cabendo mencionar, em particular, o direito à equidade de gênero e ao combate à violência contra as mulheres e à população LGBTI. Tais ações estatais decorriam de um conjunto de conquistas dos movimentos sociais feminista e LGBTI, que então passavam a fazer parte de uma agenda de governo e de governamento de corpos, sexualidade e gênero que poderia ser descrita como uma parceria entre Estado e movimentos sociais de caráter progressista. Assim, é possível afirmar que estamos agora diante de um quadro de disputa entre dois dispositivos de governamento biopolítico opostos. (CÉSAR; DUARTE, 2017, p. 145).

Neste quadro, valores conservadores adormecidos voltam com vigor no seio da sociedade, assim como a lógica mais capitalista possível que adentra o campo da educação e das políticas educacionais, áreas extremamente estratégicas para a captação de recursos humanos adequados ao mercado de trabalho - valores como o individualismo, a competitividade, o mérito próprio e o desenvolvimento das competências são as exigências básicas do mundo capitalista. As políticas educacionais em voga direcionam os currículos para a aquisição do conhecimento técnico, deixando de lado o pensamento crítico, o que se alinha aos interesses neoliberais e propósitos neoconservadores.

Algumas das muitas manifestações que expressam a presença de ações antidemocráticas e a aprovação de políticas educacionais baseadas em uma agenda de

contrarreformas decorrem da forte presença de lideranças e segmentos sociais ligados às religiões neopentecostais no campo educacional.

A atuação dos segmentos religiosos neoconservadores em aliança ao empresariado pode ser evidenciada em várias movimentações políticas ocorridas em outros países latino-americanos, como a do “*Con mis hijos no te metas*”, no Peru. Essas manifestações resguardam certa similitude com a retórica neoconservadora norte-americana de interdição à autonomia profissional dos professores, seguidamente acusados de propagarem o “comunismo” que, sob esta ótica, representam má influência para os estudantes por violarem crenças, princípios e condutas morais das famílias de classe média e cristãs. No Brasil, o alvo da campanha anticomunista foi nada menos que Paulo Freire, referência nacional e internacional nos textos e discursos pedagógicos (OLIVEIRA, 2020).

Um dos movimentos mais expressivos da atuação neoconservadora é o conhecido “Escola sem Partido” e a campanha por ele preconizada de combate a denominada “ideologia de gênero”. César e Duarte (2017) sinalizam que a vinculação de ideia de ideologia ao conceito de gênero, inicialmente, aconteceu na conferência episcopal do Peru de 1998, a partir da elaboração de uma nota cujo título fora “*La ideologia de género: sus peligros y alcances*”. Esse documento apresenta a concepção de uma origem humana como lei natural e imutável, fruto da criação divina comprovada pela biologia. E procura demonstrar que os “defensores de uma ideologia de gênero” seriam responsáveis pela “destruição da família, da educação, da cultura e, principalmente, da religião”. (CÉSAR; DUARTE, 2017, p. 149).

Acosta e Gallo (2020, p. 11) identificam outros autores da retórica “ideologia de gênero”, entre eles: Jorge Scala (2011), advogado argentino pró-vida e professor de bioética da *Universidad Libre Internacional de las Américas*, o qual critica pesquisadores de gêneros e sexualidade por “impor uma nova ordem social onde todos os modos de relações sexuais teriam igual valor antropológico e social”; e o sociólogo Richard Miskolci (2007), que se posiciona contrário ao casamento *gay*. Também destacam a atuação de Miguel Nagib, advogado e idealizador do Movimento Escola Sem Partido.

O uso das ferramentas de comunicação virtual para disseminação do pânico moral foi uma das tecnologias mais evidentes para condução das políticas neoconservadoras promovidas pelo Estado brasileiro desde o governo de Dilma Rousseff até o de Jair Bolsonaro. Conforme indicado por César e Duarte (2017, p. 148), a empreitada neoconservadora foi iniciada em 2011, em virtude do “rechaço ao programa Escola sem Homofobia, apelidado pejorativamente de ‘kit gay’.”.

Se pensarmos nos termos de uma genealogia do nosso recente pânico moral, ele se iniciou com as polêmicas em torno ao “*kit gay*” e prosseguiu com a introdução no debate nacional da noção de “ideologia de gênero”, dando prosseguimento ao pânico moral. O emprego da noção de “ideologia de gênero” visa desmerecer e criminalizar a produção acadêmica e dos movimentos sociais em torno das questões relativas à igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual. (CÉSAR; DUARTE, 2017, p. 148)

Sob influência dos segmentos e movimentos neoconservadores e neoliberais, o Estado brasileiro efetuou profundas reformas curriculares, o que tem sido constatado nos processos de elaboração das políticas educacionais traduzidas nos textos legais (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Plano Nacional da Educação; Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação; Base Nacional Comum Curricular) que normatizam a organização dos currículos da Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio). As reformas mais emblemáticas foram a redução da carga horária dos componentes da área das Ciências Humanas e a supressão de temáticas como gênero e sexualidade dos materiais didáticos e documentos oficiais, como a norma instituída pelo Ministério da Educação que redefiniu os Temas Contemporâneos Transversais (TCT), reformas curriculares que resultam das “movimentações políticas que advogam em defesa da ordem, da autoridade, da normalidade, dos valores tradicionais, do patriotismo, da moral e da família nuclear burguesa e cristã” (KRAKHECKE, VOSS, 2023, p. 13-14)

Uma verdadeira devastação nas políticas curriculares provocada pelo acirramento do pânico moral. Borges e Borges (2018) mostram que o pânico moral e a “ideologia de gênero” viabilizaram a supressão das questões de gênero e sexualidade dos documentos oficiais que regulam os currículos da Educação Básica, tendo em vista que: “[...] grupos religiosos e atores políticos/religiosos divulgaram crenças em torno da ameaça de um incentivo à homossexualidade, uma livre escolha sobre o gênero, a

destruição da família tradicional e dos conceitos de homem e mulher” (BORGES; BORGES, 2018, p. 4).

Os neoconservadores alegam que a função de educar pertenceria à família por excelência de acordo com suas convicções. Criou-se assim, “a imagem do mal” traduzida no pânico de que “todas as crianças poderiam vir a se tornar transgêneros, já que a ideologia de gênero ensinaria que as fronteiras são cultural e socialmente construídas; consequentemente, isso acabaria com a família e os valores religiosos”. Essas ideias geraram a mobilização de pessoas leigas que foram “contaminadas pelo medo crescente da destruição da família e de seus valores mais tradicionais”. (BORGES; BORGES, 2018, p. 12 e 15).

Acosta e Gallo (2020) também advertem que a produção do pânico moral propagandeada pelos agentes neoconservadores tem como eixo central a preservação da família tradicional cristã, apontando que seus objetivos são:

- i) deslegitimar os estudiosos de gêneros e sexualidades, ii) estigmatizá-los como responsáveis por destruir a família tradicional, iii) afirmar que buscam impor uma ditadura da minoria (ou uma política identitária não-heteronormativa) e, por fim, iv) construir o senso comum de que querem desvirtuar e implodir os valores morais conservadores-cristãos. (ACOSTA; GALLO, 2020, p. 10)

Preservar a família alicerçada na moral cristã é sem dúvida o carro-chefe da empreitada neoconservadora para disseminação do pânico moral. Na pesquisa feita por Caetano e Silva (2020), o pânico moral se refletiu nas narrativas de docentes da educação básica que atuam em escolas da região sul brasileira, na ocasião em que participaram de formações continuadas sobre gênero, sexualidade e raça. Os autores constataram que o protagonismo do movimento “Escola Sem Partido” emergiu nos depoimentos sobre situações em que os estudantes agiam como fiscais da família na vigilância das ações pedagógicas, sendo frequente a gravação em celulares de qualquer atividade considerada suspeita. Essa tecnologia de governo das condutas docentes fora justificada pelo argumento de que estariam propagando a “doutrinação ideológica de esquerda, inimiga da família e do cristianismo”. (CAETANO; SILVA, 2020, p. 837)

Essas tecnologias têm sido eficazes nos seus propósitos, uma vez que em várias falas apareceu a “preferência” por não abordar temas como gêneros e sexualidades nas aulas para evitar as perseguições e punições. Contraditoriamente, essas narrativas

também apontaram certa ressonância com o ideário neoconservador ao trazerem relatos sobre estudantes cujos comportamentos eram entendidos como inapropriados, reforçando os mesmos padrões cis heteronormativos defendidos pelos segmentos neoconservadores. Esses indícios levam os autores a afirmar o relativo sucesso das investidas neoconservadoras naquele contexto pedagógico da região sulina, destacando: (a) o protagonismo conferido às famílias para vigilância do trabalho pedagógico; (b) a crescente desvalorização das condições de qualificação dos professores/as que legitimam tal intervenção; (c) a prerrogativa do poder familiar na educação das crianças; (d) a forte propaganda disseminada nas redes sociais e aplicativos de comunicação instantânea que reforça a vigilância sobre o trabalho docente (CAETANO; SILVA, 2020).

Como observam César e Duarte (2017) os ataques promovidos aos sujeitos dissidentes e profissionais que trazem para o currículo escolar discussões referentes a essas questões, assim como pesquisadores/as que trabalham com esses temas, decorrem da produção de uma nova governamentalidade onde os corpos, sexualidades e desejos estão em disputa nas políticas contemporâneas. Ao produzirem uma análise genealógica do pânico moral, dizem que o campo de disputas em torno das questões de gênero e sexualidade é formado, por um lado, com os/as parlamentares ultraconservadores/as, os grupos religiosos e os respectivos segmentos da grande mídia falada e escrita que mobilizam narrativas ultraconservadoras e, por outro, pelos movimentos sociais, os grupos de pesquisa, as sociedades científicas, as redes sociais e as mídias alternativas que constituem um conjunto heterogêneo e conflitivo de agentes que se opõem ao neoconservadorismo.

Ambos os lados têm o propósito de definir discursos verdadeiros sobre os temas em questão. Os propagadores do pânico moral e da “ideologia de gênero” afirmam um “modelo heteronormativo, machista, misógeno e LGBTfóbico, promovendo uma narrativa que visa preservar um ideal fantasmático de família contra a sua suposta destruição” (CÉSAR; DUARTE, 2017, p. 151). Já as narrativas “progressistas, liberais, humanistas, libertárias, pós-humanistas, feministas, *queer*” (CÉSAR; DUARTE, 2017, p. 152), provêm dos saberes acadêmicos e científicos, e dos movimentos sociais

militantes da igualdade de gênero e dos respeitos às sexualidades dissidentes, o que denota a pluralidade de interesses em jogo.

Instaura-se assim um campo de guerra dentro de um mesmo território progressista, uma guerra no interior da grande guerra narrativa. Assim, em meio a uma profusão de narrativas produzidas sempre para deslegitimar a fala do outro, do ponto de vista estratégico todas/os perdem com essa batalha no interior do campo progressista. Por outro lado, a narrativa neoconservadora assume clara vantagem por se apresentar como um campo ultracoeso. (CÉSAR; DUARTE, 2017, p. 151).

Por fim, César e Duarte (2017) apontam para a necessidade de encontrar estratégias políticas progressistas que evitem a dissonância interna, sugerindo que a ruptura do poder-saber hegemônico alcançado pelas narrativas neoconservadoras prescinde de uma superação das batalhas que dividem e enfraquecem a ação política articulada dos agentes empenhados em desmontá-lo.

Cabe, portanto, um primeiro procedimento de desmontagem da lógica do pânico moral que tem servido para justificar e manter a ordem majoritária forjada com a produção do senso comum em que a alteridade é vista e entendida como perigo imoral e anormal para promover o governo de condutas, a vigilância do trabalho docente, o cerceamento das questões de gênero e sexualidade em nome da preservação dos valores morais centrados na obediência à pátria, na inviolabilidade da família tradicional e na moral cristã.

Sem a pretensão de encerrar a problemática trabalhada ao longo desse estudo, tensionamos finalizá-lo reforçando o que afirmamos até aqui acerca da caracterização das políticas educacionais, bem como as curriculares, como campo de disputas entre demandas que mobilizam tecnologias de governo dos indivíduos e das populações diversas, forjando a fabricação da genealogia indutora do pânico moral.

Considerações finais

Ao longo deste texto, apresentamos o problema do pânico moral como resultado da fabricação de uma genealogia neoconservadora, cujas tecnologias de poder-saber e governo das condutas colocam em funcionamento seu regime de verdade. Essa configuração genealógica neoconservadora é consubstanciada no plano que define a identidade pátria como expressão da soberania política e jurídica do Estado, a quem o

conjunto de indivíduos que formam a sociedade governada deve total obediência e subordinação às leis. Esse modelo de cidadania exemplar está também ligado ao mundo do trabalho e do consumo em que valem os princípios reguladores do mercado capitalista neoliberal - concorrência, empreendedorismo, liberalismo. Dimensões essas interligadas à moral que endossa a identidade família - burguesa patriarcal, heteronormativa e cristã - como a única verdadeira e capaz de educar o “cidadão do bem”, a despeito das demais formas de organização, composição e interação presentes nas relações familiares e sociais acusadas de desajustadas.

Desse modo, a demarcação da diferença em todas as dimensões da vida social resulta da fabricação de um pânico moral que coloca em oposição identidades legitimadas correlatas – pátria, família e religião - e as demais identidades atribuídas a outras manifestações de saberes, culturas, grupos e indivíduos posicionados pela condição a eles atribuída de diferentes; o que torna possível materializar e diferenciar o normal do anormal. A alteridade se torna passível de normalização patológica, pedagógica, social e jurídica, mediante sua anulação nos contextos escolares e nos currículos e, em situações de atos explícitos de violência extrema, permite-se sua exclusão total do convívio social, inclusive com a privação da liberdade em prisões e o direito de matar exercido por grupos de extermínio.

Na contracorrente da brutalidade do pânico moral e seu plano necropolítico de extermínio das diferenças, reiteramos o entendimento das políticas neoconservadoras como fabricação do medo e da morte. Esta está revestida de veracidade à medida que permite agenciar a demarcação de uma identidade única tomada como natural e verdadeira - constituída pelo conjunto pátria, família e religião que unifica esses três conjuntos identitários sob a égide de uma única suprema, a moral cristã, com vistas a forjar a ameaça ao normal diante do perigo do anormal, o certo e o errado, o justo e o injusto, o falso e o verdadeiro. Em decorrência, esse ideário que processa o que é dito e (des)qualificado como diferença, acaba por subsumi-la pela semelhança com o mesmo, o uno, efeito de uma racionalidade universalizante pautada na representação: “Passamos de um gênero a outro como de um ao outro lado do espelho; a função perdeu sua parte mutável ou a propriedade de variar, representando tão somente o imutável com a operação que o extraiu” (DELEUZE, 2018, p. 233).

Para desconstruir essa trama genealógica, que só é cristã de fachada, apontamos em outra direção: a de conceber a impossibilidade de êxito das intenções e razões fabricadas pelo plano neoconservador de eliminação das diferenças em vista da própria Ideia de diferença que fabrica - a verdade da diferença tomada no seu estado de natureza problemático, em que: “o Cogito remete a um Eu rachado, fendido de um extremo ao outro pela forma do tempo que o atravessa [...] É próprio da Ideia interiorizar a rachadura e seus habitantes” (DELEUZE, 2018, p. 231).

Assim, pensamos na possibilidade com que diferenças acontecem desalojadas da Ideia que insiste em determiná-las na identidade prévia, o uno; diferenças acontecem em multiplicidades, já que: “a multiplicidade é sempre definida de maneira intrínseca, sem que dela se saia e sem que se recorra a um espaço uniforme em que ela estaria mergulhada” (DELEUZE, 2018, p. 246).

A diferença produzida pelo pânico moral resulta da construção de uma identidade única, fixa, essencializada, e que determina a oposição “nós” e “eles”. Constitui-se assim um plano genealógico nefasto cuja ideário define identidades e as distribui em posições inconciliáveis de poder-saber antagônicas, para que uma identidade exista, a outra deve ser identificada e deixar de existir. Então, a diferença é fixada para que seja possível o impossível - nomeá-la, anulá-la, eliminá-la por todo sempre, “amém”. Cruel pretensão! Triste ilusão!

Procurar injunções entre diferença-ideia e diferenças-acontecimentos, parece-nos um modo de vislumbrar a possibilidade da desconstrução do problema pânico moral ao projetar o entendimento dessa realidade fabricada pelo senso comum e da ordem perversa que alimenta. Liberar nossa visão do que a ofusca para que se possa considerar a diferenciação, a derivação e a potencialização como forças presentes nos acontecimentos e manifestações singulares de diferenças em si e por si, multiplicidades de multiplicidades.

Enfim, o que desejamos e tentamos realizar foi um exercício de tradução do ideário neoconservador e seu plano perverso que, por muitas vezes, nos enredam e impedem de ver as coisas de outras maneiras possíveis. Assim, reiteramos o posicionamento ético-ontopistemológico assumido neste estudo de fazer avançar o

pensamento científico de análise crítica do ideário das políticas neoconservadoras, remetendo nosso pensamento e ação tática em outras direções.

Referências

- ACOSTA, Tássio; GALLO, Sílvio. A educação em disputa no Brasil contemporâneo: entre os estudos de gênero, a dita ideologia de gênero e a produção de uma 'ideologia de gênese'. *Educação*, Santa Maria, v. 45, e92, p. 1-28, 2020.
- APPLE, Michael. "Endireitar a educação": as escolas e a nova aliança conservadora. Tradução João M. Paraskeva. *Currículo sem Fronteiras*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 55-78, jan./jun. 2002.
- APPLE, Michael. *Educando à Direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.
- APPLE, Michael. *Produzindo diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política da reforma educacional*. Tradução Roderick Somerville Kay. Revisão José Batista Neto. *Linhas Críticas*, Brasília, n. 46, p. 606-644, set./dez. 2015.
- BERGSON, Henri. *La pensée et le mouvant*. 4. ed. Paris: PUF, 1993.
- BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). *Conservadorismo, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Unicamp, p. 15-66, 2018.
- BORGES, Rafaela O.; BORGES, Zulmira N. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, e230039, 2018.
- CAETANO, Márcio; SILVA JR.; Paulo Melgaço da. "Regras são regras, mesmo quando elas não existem": pânico moral e multiculturalismo em práticas docentes. *Revista Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 13, n. Especial, p. 834-848, dez. 2020.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- CÉSAR, Maria Rita de A.; DUARTE, André de M. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 66, p. 141-165, out./dez. 2017.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- KRAKHECKE, Eliada M.A.; VOSS, Dulce M da S. Gênero e sexualidade nos temas contemporâneos transversais em tempos de regulação neoconservadora. *Educação Em Foco*, v. 26, n. 50, p. 1-24, ago./dez. 2023.
- LIMA, Iana G. de; GANDIN, Luis Armando; ROSA, Luis Felipe; SANTOS, Gabriel D. dos. A rede da educação domiciliar no Brasil: a aliança conservadora em ação. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 17, e21141, p. 1-24, 2022.
- MAINARDES, Jefferson. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, e230034, p. 1-20, 2018.
- MAINARDES, Jefferson. Contribuições da perspectiva ético-ontopistemológica para a pesquisa do campo da Política Educacional. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, [s. l.], v. 30, n. 146, p. 1-21, set. 2022.
- MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 28, p. 101-128, jun. 2007.
- OLIVEIRA, Dalila A. Políticas conservadoras no contexto escolar e autonomia docente. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2015335, p. 1-18, 2020.
- ROLNIK, Suely. *Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetizada*. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- RUIZ, Samuel H. C. Apuntes sobre conservadurismo y neoconservadurismo en la educación venezolana. *Educação e Fronteiras*, Grande Dourados, v. 10, n. 30, p. 42-60, set/dez. 2020.

SCALA, Jorge. *Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família*. Editora Artpress, São Paulo: 2011.

SILVA, Daniela O.V. da; BRITO, Vera Lúcia F. de; NUNES, Claudio P. Neoconservadorismo e educação brasileira. *Educação e Fronteiras Online*, Dourados, v. 10, n. 30, p. 25-41, set/dez. 2020.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento. In: ALMEIDA, R.; TONIOL, R. (Orgs.). *Conservadorismo, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Unicamp, p. 87-116, 2018.

VOSS, Dulce Mari da S. Práticas de interpretação e tradução na produção científica do neoconservadorismo. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 7, e20704, p. 1-22, 2022.